

## MP quer apurar gasolina para parentes de ministro

Verba parlamentar foi usada por Silvio Costa Filho durante um ano e quatro meses, na época em que ele era deputado, para abastecer carros de familiares; ele nega irregularidades e diz que houve falha contábil do posto de gasolina

BERNARDO LIMA

serviço de imprensa do MP

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) apresentou ontem uma representação para que a Corte de Contas investigue o uso de verba da Câmara para abastecer carros de familiares do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, enquanto ele era deputado federal. Conforme revelou O GLOBO, o gabinete de Costa Filho gastou recursos públicos para encher o tanque de veículos da mulher, do pai, do irmão e da cunhada dele, entre abril de 2022 e agosto de 2023.

No documento protocolado, o subprocurador-geral Lucas Furtado pediu que o TCU adote as medidas necessárias para "investigar possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa e em desvio de finalidade no uso de verbas públicas para compra de combustíveis".

Furtado destaca que a compra de combustíveis com verba parlamentar para abastecimento de veículos de familiares de Costa Filho "atenta contra a moralidade administrativa e constitui evidente desvio de finalidade no uso de recursos públicos".

"No caso noticiado, não houve interesse público a



Restituição: O ministro Silvio Costa Filho, nos pedidos de reembolso, o gabinete informou ter abastecido 48 veículos diferentes no mesmo posto

ser satisfeito, mas apenas o interesse privado do ministro e de seus familiares, que veio a ser custeado com o suado dinheiro do contribuinte", escreveu o subprocurador-geral.

**GASOLINA PARA FAMÍLIA**  
Carros de familiares do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), foram abastecidos de combustível pago com verba da Câmara durante o período em que o político

exercia mandato de deputado federal. Nos pedidos de reembolso, o gabinete de Costa Filho informou ter abastecido 48 veículos diferentes no mesmo posto. Entre as placas que constam do documento, estão as de carros registrados em nome de Cristiana Bezerra, mulher do ministro; do advogado Carlos Antonio da Costa, seu irmão; do ex-deputado federal Silvio Serafim Costa, seu pai. Procurados,

**R\$105 mil 48**  
gastos em combustíveis foram comprados, em 1 ano e 4 meses, 10,8 mil litros de gasolina, 6,7 mil litros de diesel e 793,91 litros de etanol

eles não se manifestaram. Também foi abastecido com verba da Câmara o carro da cunhada do ministro, Hilidany Kelly. Ela confirmou que é dona do

veículo, mas não explicou o motivo pelo qual o automóvel consta no pedido de reembolso apresentado pelo gabinete do parlamentar licenciado.

O gabinete de Costa Filho apresentou notas fiscais que somam R\$ 105,1 mil em gastos com combustível (sendo 10,8 mil litros de gasolina, 6,7 mil litros de diesel e 793,91 litros de etanol) com 48 veículos no mesmo estabelecimento. Até janeiro do ano passado, a Câmara estabelecia que o limite mensal para este tipo de gasto era de R\$ 6 mil. O valor depois foi reajustado para R\$ 9,3 mil, patamar atual.

**FALHA CONTÁBIL**  
Procurado, Costa Filho negou irregularidades.

— Eles (postos) falharam do ponto de vista contábil. Nós fizemos o dever de casa: prestamos contas e houve aprovação da Câmara. Em momento nenhum, fizemos abastecimento em carros com placas de familiares. Na minha cabeça, estava tudo ok. A assessoria nunca parou para adentrar nota por nota. Não é uma coisa pertinente ao gabinete. Acho que não acontece em nenhum gabinete de deputado, de avaliar placa por placa.

Em nota, o dono do posto, José Gerson Aguiar afirmou que "cometeu um equívoco contábil ao inserir veículos de familiares e outras placas na cota de combustível da Câmara".

## Macêdo admite erro por custear passagens para micareta em Aracaju

Ministro afirma que servidores ressarciram pasta e que ele viajou com recursos próprios

GABRIEL SARÓIA, SÉRGIO BONO, KAROLINI RANDEIRA E DOMITREUS DANTE publicistas do MP

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, admitiu o erro por três servidores terem realizado viagens autorizadas para Aracaju no período de realização do carnaval fora de época Pré-Caju, custeadas pelo governo. De acordo com ele — que também foi ao evento, mas com recursos próprios, explica —, os funcionários já reembolsaram os valores à União.

Macêdo definiu o caso como "um erro de procedimento" e afirmou ter aberto uma sindicância interna para a apuração dos fatos, além do

encaminhamento das notas de reembolso ao Tribunal de Contas da União (TCU), que investiga o caso. Macêdo, que encontrou os servidores durante o carnaval fora época, disse "não saber que os funcionários estavam gastando dinheiro público para atividades não institucionais".

A viagem de três servidores custou R\$ 18,5 mil, de acordo com dados do Portal da Transparência. Os recursos, segundo observação anexada à viagem, foram pedidos pelo ministro.

O colunista do GLOBO Lauro Jardim revelou na terça-feira que a secretária-executiva da pasta, Maria Fernanda Ramos Coelho, pediu exoneração do cargo após se recusar a aprovar as viagens,

autorizadas pelo ministro e ocorrida entre 3 e 5 de novembro de 2023.

— Eu viajei para o Pré-Caju com recursos próprios. Paguei as minhas passagens em voo comercial, fora do expediente, em fim de semana. E não recebi diárias para isso. Houve um erro formal do meu gabinete, um erro de procedimento. Um erro em que três assessores foram para Aracaju para utilizar as passagens e recursos públicos. Diante disso, tomei os seguintes procedimentos: em primeiro, uma sindicância para apuração desses fatos; em segundo, um procedimento de ressarcimento ao erário, que é uma notificação dos funcionários para que possam fazer



Folga no Pré-Caju: Macêdo mandou apurar gastos autorizados por ele e seus servidores

o ressarcimento do dinheiro público. Uma outra questão é que ainda vou enviar ainda hoje essas guias de ressarcimento para o Tribunal de Contas da União — disse o ministro.

**RECUSA E EXONERAÇÃO**

Macêdo disse não saber que o dinheiro público era gasto na viagem, mas confirmou ter encontrado os funcionários: — Eu sabia que os funcionários estavam lá, mas não sabia que estavam sendo

gastos recursos públicos para atividades não institucionais. O importante agora é ressarcir o erário. Eles já devolveram os recursos.

O evento de três dias reuniu diversos políticos do estado, base eleitoral do ministro. Macêdo esteve presente na folga em todos eles.

No pedido de concessão de diárias e passagens, o motivo para a convocação dos servidores que acompanharam o ministro era uma agenda do Instituto Renas-

cer para Vida (Revida). O GLOBO procurou os responsáveis pela associação, mas não teve retorno.

Nas redes sociais do ministro, no período, há cinco publicações de Macêdo no Pré-Caju. Um dos servidores, cuja viagem custou R\$ 6,6 mil, ficou responsável pela "cobertura audiovisual" da agenda na ONG. Outra servidora foi com a incumbência de representar o ministro.

**SOB INVESTIGAÇÃO**

Na quarta-feira, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma representação para que o Tribunal de Contas da União investigue a viagem realizada pelo ministro. No documento protocolado um dia antes, o subprocurador-geral Lucas Furtado pediu que o TCU adote as medidas necessárias para investigar "possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa" no uso de verbas públicas para compra de passagens.

## Secretário-executivo de Minas e Energia é exonerado

Para o lugar de Efraim Cruz foi nomeado Arthur Valério, ex-consultor-geral da CGU durante o governo Bolsonaro

Alo, em outubro passado, da Comissão de Ética Pública da Presidência, Efraim Cruz, que desde março passado ocupava a secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, foi exonerado, informou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. A demissão foi publicada ontem no Diário Oficial. Ele será

substituído pelo advogado Arthur Valério, ex-consultor-geral da Controladoria-Geral da União durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Efraim foi diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e chegou ao cargo de número 2 do ministro Alexandre Silveira graças a dois padrinhos fortes:

o senador Davi Alcolumbre (União-AP) e o empresário baiano Carlos Suarez, conhecido como o "rei do gás". Cruz não era a primeira alternativa de Alexandre Silveira, que queria indicar o secretário do Ministério da Infraestrutura na gestão Bolsonaro, Bruno Eustáquio. O nome, contudo, so-

freu resistências no Planalto. Interlocutores afirmam que a relação entre Efraim e Silveira, que já não era próxima, foi se deteriorando nos últimos meses.

Em novembro, o blog da Malu Gaspar, do GLOBO, revelou que Efraim Cruz estava tentando incluir um jabu na Medida Provisória

(MP) que Lula estava prestes a assinar tratando dos incentivos às empresas de energias renováveis. De acordo com a colunista, a articulação visava atender os interesses de Carlos Suarez, dono da Termogás.

No governo Lula, Efraim se tornou também integrante do conselho de administração da

Petrobras, apesar de um conflito interno da estatal ter opinado pelo veto à indicação.

A razão de o ex-número 2 de Minas e Energia ter entrado na mira da Comissão de Ética Pública da Presidência, via um procedimento de apuração ética, foi por uma denúncia de "suposto desvio, falta de transparência e imprecisões na agenda pública" de Efraim referente a julho de 2022, quando ele era diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). (Com g1)